

XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

A narrativa jornalística da história no livro 1808 de Laurentino Gomes.

Gelbcke Juliana.

Cita:

Gelbcke Juliana (2013). *A narrativa jornalística da história no livro 1808 de Laurentino Gomes. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/880>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A NARRATIVA JORNALÍSTICA DA HISTÓRIA NO LIVRO *1808* DE LAURENTINO GOMES

Juliana Gelbcke
Universidade Estadual de Ponta Grossa
juliana.gelbcke@yahoo.com.br

No final de 2008 fui presenteada com o livro *1808* do escritor Laurentino Gomes. Eu já havia me surpreendido com a quantidade de pessoas que estavam lendo e recomendando o livro, que vinha dividindo prateleiras e índices de vendagem ao lado de livros como Harry Potter e Crepúsculo - algo que me chamou atenção, pois, a priori, se tratava de um livro de história de não-ficção; ora, os livros de história não costumam ser assim tão populares.

O livro que conta a saga da vinda da família real para o Brasil no início do século XIX foi publicado em 2007 e teve alta repercussão midiática, perdurando durante meses na lista dos mais vendidos da revista *Veja*. Ainda não é tarefa muito difícil encontrá-lo em diversos sebos e livrarias do país. Se visitarmos algumas escolas, principalmente aquelas que atendem a um público característico da classe média, é quase impossível não encontrarmos um sequer aluno que nunca tenha lido ou ouvido falar no *best-seller 1808*.

Movida então por uma preocupação com o ensino de história, já não pareceu mais suficiente me ater ao ensino que ocorre exclusivamente dentro dos limites da sala de aula, mas também com aquilo que está fora dela, presente no cotidiano dos indivíduos, parte de uma cultura histórica. Essa é a tarefa reflexiva da Didática da história, como nos coloca Bergmann, ou seja, de verificar os diferentes discursos históricos dispostos na sociedade e como eles são apreendidos socialmente e cognitivamente. Sendo assim, e, frente ao sucesso e repercussão do livro de Laurentino Gomes, me coube a pergunta: o que produz o jornalista quando escreve história? Será que se transforma magicamente em historiador, como também indaga Bonaldo (2010: 11) ou apenas reduz, simplifica grosseiramente os acontecimentos do passado? O que essa narrativa jornalística da história ensina aos sujeitos? Essas são algumas das questões que este artigo procura responder através de uma breve análise comparativa entre o livro *1808* em sua versão original com a versão juvenil ilustrada.

Características do livro *1808*

Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil? Essa é a questão que o livro *1808* publicado pelo jornalista Laurentino Gomes vai se ocupar em responder ao longo de 367 páginas. O “livro-reportagem”, como o próprio autor classifica, narra o processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX e traz a pretensão de descrever o que “de fato aconteceu” no país há dois séculos. Organizado em 29 capítulos que seguem uma cronologia linear para contar desde o processo de “fuga” da família real portuguesa até o retorno de D. João VI a Portugal em 1821; o livro tem como um dos principais objetivos, pontuado por Gomes, tornar a história narrada mais acessível aos leitores que se interessam pelo passado, “mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda a bibliografia sobre 1808 e seus desdobramentos” (GOMES, 2007: 22).

Publicado em 2007 pela editora *Planeta*, um ano antes do bicentenário da vinda da família real portuguesa para o Brasil e, conseqüentemente, um ano antes das festividades de 200 anos da fundação do Banco do Brasil – o que teve alta repercussão midiática; essas datas, como afirma Bonaldo (2010: 27),

(...) nos obrigam a lembrar o passado toda vez que nos deparamos com seus múltiplos de cinco – 100 da Origem das Espécies de Darwin, 55 anos da Segunda Guerra Mundial, 20 anos da queda do Muro de Berlim... – dispõe ocasiões comemorativas. Ao proporcionar oportunidades de lembrar coletivamente, fazem na verdade mais do que isso: elas atualizam o passado.

Esse tipo de ocasião gera o gancho perfeito para publicações dessas reflexões históricas envolvidas. O livro não demorou muito tempo para se tornar um *best-seller* nacional, é difícil não encontrá-lo nas diferentes livrarias e sebos do país. Já em 2008 ganhou dois de seus maiores prêmios: *Jabuti*, na categoria de melhor livro-reportagem, e *Melhor Ensaio, Crítica ou História Literária de 2008* da Academia Brasileira de Letras – por indicação do historiador José Murilo de Carvalho. No ano de 2009 contava com sua oitava edição e, nesse mesmo ano foi também lançado em Portugal. Até março de 2012, o livro estava há 196 semanas na lista dos mais vendidos da revista *Veja* e, junto com o livro *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar*

errado, - publicado no ano de 2010 e também lançado em Portugal - computava 1,5 milhão de exemplares vendidos¹.

Como parte de uma estratégia de marketing, foram lançadas inúmeras outras versões, como áudio-livro, edições ilustradas, DVDs, versões voltadas ao público jovem, com a pretensão de atingir a novos públicos leitores. Percebe-se, dessa maneira, uma preocupação mercadológica que coloca também a narrativa histórica como produto de uma indústria cultural, ou seja, inserida em uma lógica de mercado que leva em conta tiragens, versões, disputas editoriais e a própria lógica do consumo, inserida dentro de uma conjuntura capitalista. Essa lógica, por sua vez, trabalha em uma perspectiva onde o enredo obedece a uma ordem dos fatos que culminam na produção de uma narrativa histórica singular, não abrindo a novas perspectivas interpretativas, trabalhando com elementos chamativos como os estereótipos, os detalhes minuciosos, o uso de uma linguagem clara e aproximativa, enfim, elementos que procuram despertar o interesse do leitor-consumidor.

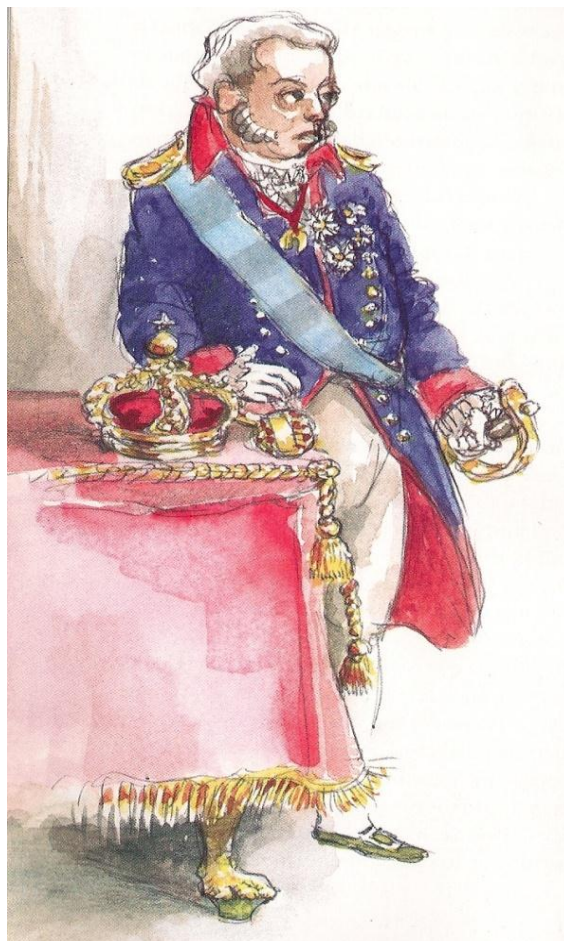
A Edição Juvenil Ilustrada, por exemplo, é uma adaptação linguística da obra em sua versão original. Editada pela jornalista Denise Ortiz, ela condensa e reordena as informações para facilitar a compreensão do novo público leitor que deseja atingir, neste caso o público jovem. A versão juvenil é inteiramente ilustrada em aquarela pela artista plástica Rita Bromberg Brugger que, como consta na *Introdução* do livro, “produziu suas ilustrações com base em rigorosa pesquisa histórica” (GOMES, 2008: 10); sendo assim, as imagens também oferecem um tipo de interpretação ao leitor. Essas diferentes estratégias utilizadas no livro procuram atrair um tipo específico de consumidores, disponibilizando reflexões sobre o passado atrativas para o presente desses sujeitos.

Publicada pela editora *Planeta Jovem* em 2008, o livro *1808 - Edição Juvenil Ilustrada* conta, até o momento, com mais de 11 reimpressões. As 148 páginas - o que significa metade da versão original, ou seja, mais uma estratégia para tornar a leitura fluída e interessante ao leitor jovem - são organizadas em 5 capítulos sem títulos, mas com chamadas criativas, que, junto com as imagens, incitam a curiosidade do leitor, como por exemplo: “D. João, um rei que tinha medo de trovões e caranguejos,

¹ Dados retirados do site <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/cultura/best-seller-laurentino-gomes-ja-tem-nova-editora-para-proximo-livro/> [acessado em: 20 mai 2012]

desembarca no Rio de Janeiro. O encontro de dois mundos até então estranhos e distantes” (GOMES, 2008: 76).

D. JOÃO VI



(GOMES, 2008: 76)

Para um público infanto-juvenil, inserido em um mundo visual e digital em que as informações correm rápidas, um público que está iniciando seu interesse pela leitura, o valor da imagem joga um peso bastante grande. Além de ser muito atrativa e despertar o interesse, a imagem traz informações de uma maneira muito mais rápida e assimilável do que o relato escrito. Além do mais, proporciona determinada representação de realidade que, muitas vezes, se confunde com a própria realidade, carregando a sensação de estar reproduzindo a “verdade”, o que “de fato aconteceu”. Quando essa nova versão do livro *1808* concilia frases simples e chamativas com as ilustrações, elas acabam servindo para reafirmar, dar ênfase àquilo que o texto descreve.

Assim funciona também com o livro *1808* em sua versão original e ilustrada. O livro trás alguns quadros e gravuras separados do corpo do texto, como por exemplo, a

gravura da *Vista da Praça do Palácio* de Jean Baptiste Debret (1834-1839), o óleo sobre tela de Domingos Antônio Siqueira (1768-1837) sobre a *Alegoria da chegada da família de D. João VI*, ou a gravura intitulada *Court Day at Rio* do livro *Sketches of Portuguese life manners and costume and character*, de APDG (1826). Essas ilustrações cumprem um papel de fonte enquanto evidência, no entanto, a postura do autor não é a de interpretação crítica dessas fontes. Portanto elas são usadas como fonte de autoridade, no sentido de favorecer a característica da obra como “histórica”, mas não há uma tomada crítica da mesma – isso revela outra fonte de sucesso, que é encaixar-se com uma perspectiva preexistente no público leitor, sem forçá-lo a se deslocar de sua percepção tradicional. O exercício iconográfico que permite decodificar a realidade externa, explícita na obra, bem como analisar a realidade interna da representação, isto é, sua face oculta; não é realizado. Retoricamente, Gomes monta a narrativa histórica buscando utilizar-se do uso de fontes (sejam elas imagens, apoio em citações de historiadores, entre outras), no entanto, essas fontes não são problematizadas, elas servem para ilustrar, dar legitimidade ao discurso, torná-lo convincente.

Já na Edição Juvenil Ilustrada o livro vai adotar outras metodologias que levarão em conta a realidade desse novo público para tornar o discurso convincente. O uso constante de fontes, o apoio em historiadores para dar validade ao conteúdo já não faz mais tanto sentido quando o público que está envolvido é um público infante-juvenil que está desenvolvendo o hábito da leitura. Entrando no universo desses jovens leitores, o livro busca despertar o imaginário, uma aproximação com a realidade do leitor percebidas através da adaptação linguística sempre apoiada nas ilustrações em aquarela, facilitando, deste modo, cognitivamente a percepção do leitor.

Como por exemplo, os dois livros trarão uma mesma passagem sobre D. João VI, relatando sobre os “hábitos de higiene” do príncipe regente. Na versão original, esta passagem está já no início do capítulo 13, intitulado *D. João*:

(...) Os médicos recomendaram-lhe banho de mar. Como temia ser atacado por crustáceos, mandou construir uma caixa de madeira, dentro da qual era mergulhado nas águas da Praia do Caju, nas proximidades do Palácio de São Cristóvão. A caixa era uma banheira portátil com dois varões transversais e furos laterais por onde a água do mar podia entrar. O rei permanecia ali dentro por alguns minutos, com a caixa imersa e sustentada por escravos, para que o iodo marinho ajudasse a cicatrizar a ferida. Esses mergulhos improvisados na Praia do Caju, a conselho médico, são a única notícia que se tem de um banho de D. João nos treze anos em que permaneceu no Brasil (GOMES, 2007: 152) (GOMES, 2008: 92).

Já na Edição Juvenil a mesma passagem é encontrada no subtítulo *D. João e suas manias*, tais subtítulos que fragmentam o texto em todos os capítulos dessa versão, colaboram para uma “limpeza” visual e para a fluidez da leitura, diferente da versão original que adota apenas os capítulos como meio de fragmentar o texto e os assuntos. Na versão destinada aos jovens, a citação termina como está acima e traz uma ilustração caracterizando a cena narrada:

A BANHEIRA PORTÁTIL DO REI

D. João vestia-se mal. Repetia a mesma
recusava-se a trocá-la mesmo quando
da. “A sua roupa habitual era
bosa de galões velhos,
s”, conta Pedro
eira dessa
famo-
dos
s,



(GOMES, 2008: 93)

A versão original do livro 1808, por sua vez, além de utilizar-se de notas para referenciar o texto e sugerir leituras, prosseguirá o parágrafo buscando a intervenção dos historiadores para apoiar sua afirmação:

Quase todos os historiadores o descrevem como um homem desleixado com a higiene pessoal e avesso ao banho. “Era muito sujo, vício de resto comum a toda a família, a toda a nação”, afirmou Oliveira Martins. “Nem ele, nem D. Carlota, apesar de se odiarem, discrepavam na regra de não se lavarem.” A relutância da corte portuguesa em tomar banho contrastava com os costumes da colônia brasileira, onde o cuidado com o asseio pessoal chamava a atenção de quase todos os viajantes que por aqui passaram nessa época. “Apesar de certos hábitos que aproximam da vida selvagem os brasileiros da classe baixa, qualquer que seja a sua raça, é para notar que todos eles são notavelmente cuidadosos com a limpeza do corpo”, escreveu o inglês Henry Koster, que morou no Recife entre 1809 e 1820. (GOMES, 2007: 153).

Esses exemplos expressam as diferentes estratégias adotadas pelos dois livros para atrair o interesse de seus diferentes leitores. Percebe-se na versão original da obra,

uma preocupação em dar maior legitimidade aos seus conteúdos, procurando se apoiar no uso de fontes - embora quase não se utilize de fontes primárias, ao invés disso recorre aos “estudiosos que se dedicam ao difícil e paciente trabalho de pesquisa” (GOMES, 2007: 24) com esses documentos. Sobre isso, Bonaldo (2009: 204) afirma:

Em um nível mais abstrato, corresponde ao princípio jornalístico das fontes qualificadas – ao comunicador social, caberia compilá-las, bem ao sabor de um jornalismo informativo, supostamente neutro em opiniões ou interpretações, juízos delegados a autoridades mais competentes. O resultado é um estilo argumentativo muito próximo do jornalismo diário.

O próprio Gomes afirmou em entrevista ao programa Roda Vida da TV Cultura, em dezembro de 2011, que o caráter de seus livros era a reportagem. Gomes falava que o fato de escrever sobre história não o transformava em outro tipo de profissional, alegando que apenas mudava o formato de seu trabalho, em que a reportagem sempre fora a essência. Com uma nova forma, um novo ritmo de trabalhar, que consistia em ler e pesquisar bastante, ir aos locais históricos, Gomes afirmava: “olhar esses locais com os olhos de um repórter. Ir ao Museu do Ipiranga em SP, ao cais de Belém em Lisboa de onde a corte saiu, esse olhar continua jornalístico. É isso que eu procuro passar pros meus livros e pros meus leitores”. Ou seja, a pretensão nunca foi escrever um livro de história acadêmico, mas um livro de história-reportagem.

É recorrente no livro o uso dos historiadores para apoiar uma afirmação feita pelo autor. Como se eles agissem como autoridades científicas que certificam a veracidade dos acontecimentos: “observou o historiador”, “registrou”, “assinalou”, “anotou”, “na opinião da historiadora, autora do melhor livro já escrito sobre”, “na avaliação do historiador”, “escreveu a historiadora, uma autoridade no assunto” “já bem avaliado pelos historiadores”, entre outras inúmeras expressões que acompanham os acadêmicos e parecem dar credibilidade ao assunto tratado por Gomes.

Já a edição juvenil ilustrada, ainda que seja dependente da versão original, reordena e condensa as afirmações, chamando as imagens para complementá-las. Aparece muito pouco, se comparada com a versão original, a utilização de citações diretas de historiadores. Não existem notas de rodapé, nem as referências bibliográficas aparecem. O texto é todo trabalhado em função da visualização. Não há página alguma que apareça sem uma sequer imagem, essas imagens, por vezes chegam a ocupar páginas inteiras, ora ou outra acompanhada com frases de efeito. É como se o livro estivesse contando um conto.

Nas duas obras, há a valorização dos personagens, dos detalhes das situações que tornam a leitura interessante e próxima dos leitores. O interessante em mesclar as duas obras é observar como autor trabalha com as especificidades de cada uma, rearticulando as informações e mudando as estratégias de texto para envolver esses diferentes públicos e dar convencimento a sua narrativa. Fato percebido já na capa dos livros, por exemplo, em que os numerais do título aparecem contornados refletindo o dourado, portando uma sensação de imponência, de realeza, e que ganham um ar descontraído na edição juvenil, com o numeral coroadado remetendo à ideia do ano 1808 como um ano ligado à monarquia.

1808: VERSÃO ORIGINAL



1808: EDIÇÃO JUVENIL



As bordas com traços iluministas, a aparência de um papel envelhecido e desbotado ao fundo, contrapõem o velho, o antiquado do passado com o descontraído do presente posto no subtítulo: *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, exaltando características, senão cômicas, curiosas a respeito dos personagens históricos, parecendo desvendar a seriedade a que são tratadas.

A relação da narrativa histórica com o presente

O trabalho do jornalista consiste em, dentre outras tantas coisas, procurar a novidade no tempo presente e o momento oportuno para que essa novidade se torne uma notícia. O êxito da notícia é medido conforme o consumo e a repercussão que ela

obtem. Ou seja, pode-se afirmar que são os acontecimentos do presente que determinam o rumo do trabalho jornalístico. A esse fenômeno, os profissionais da área da comunicação social chamam de “gancho jornalístico” – nada mais é que a oportunidade perfeita de publicação de uma matéria que antes era não muito atrativa, não muito lucrativa, não muito oportuna. Sobre essa questão, Gomes (2001: 15) explica já no início do livro *1808*:

Em 1997, Tales Alvarenga era editor da redação da revista *Veja* e eu, seu editor executivo. Inspirado por uma experiência bem-sucedida nas comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República, Tales encomendou-me uma série de especiais históricos, que seriam distribuídos com a edição regular de *Veja* como brinde para seus assinantes e compradores de banca. O projeto incluiria o Descobrimento, a fuga da família real portuguesa para o Brasil e a Independência. Dessas três, apenas o primeiro foi publicado, no ano 2000, e distribuído no Brasil e em Portugal junto com as revistas *Veja* e *Visão*, sob o título *A Aventura do Descobrimento*. Quanto ao especial de D. João VI, Tales decidiu cancelá-lo por falta de “gancho”, expressão que, no vocabulário das redações, significa motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada.

No entanto, Gomes continuou com o projeto que culminou em seu primeiro livro: *1808*, que veio a ser publicado um ano antes do aniversário de 200 anos da vinda da família real portuguesa ao Brasil – era o gancho perfeito! E não deu outra, os índices de vendagem comprovam o grande sucesso de circulação que o livro atingiu. Tais datas comemorativas – as já citadas datas múltiplas de cinco – invocam o passado, quase que obrigando a lembrar coletivamente. Nesses momentos oportunos, “pipocam” produções que “presentificam” o passado: séries de TV, documentários, edições especiais em periódicos, filmes, livros, etc. Enfim, uma “economia midiática do presente que não cessa de produzir e consumir o acontecimento”, transformando o próprio tempo em mercadoria (BONALDO, 2010: 38).

Como é colocado por Bonaldo, essa economia midiática do presente faz com que “as reivindicações da memória (sua urgência por suprir a carência de orientação dos homens numa narrativa que representasse uma continuidade no fluxo do tempo)” tendam a ser atendidas por aqueles agentes que tenham as melhores condições de supri-las (BONALDO, 2010: 38). Ou seja, é necessário que, além de contatos editoriais, estilo na escrita, disponibilidade para vender sua força de trabalho intelectual, haja uma sensibilidade ao tempo presente. A respeito disso, Sarlo (2007: 13) afirma:

(...) a história da grande circulação é sensível às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente

legítimo pô-lo em evidência. Se não encontra respostas na esfera pública atual, ela fracassa e perde todo o interesse. A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite.

Ao agir no e pelo presente, a história pública garante um sentido, respostas às indagações levantadas pelos indivíduos. Sarlo ainda afirma que o sucesso da sustentação do interesse público pela história da grande circulação é decorrência de seu esquema explicativo pautado na redução do campo das hipóteses (considerado pela academia influenciado por princípios múltiplos), que produz uma “clareza argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica”; “portanto, impõe unidade sobre as discontinuidades, oferecendo uma ‘linha do tempo’ consolidada em seus nós e desenlaces” (SARLO, 2007: 14).

Percebe-se no livro *1808* essa preocupação mercadológica que, sem o peso das exigências metodológicas que pautam o trabalho do historiador, se vê livre para “presentificar” o passado, descrevendo minuciosamente seus personagens, cenários, sensações, emoções, diálogos, entre outros. Corresponde, desta forma, aos anseios de seus leitores, pois parece fornecer uma história com respostas, não muito contraditória com o senso comum destes.

1808: Um romance histórico?

Em seu blog oficial, Gomes, falando sobre “os desafios da linguagem no ensino de História”, afirmava:

O Jornalismo desenvolveu técnicas eficientes na tarefa de atrair e reter a atenção do leitor. Isso explica, por exemplo, os subtítulos dos dois livros, que se referem a “uma rainha louca” e a “um príncipe medroso” na obra *1808* ou a “um escocês louco por dinheiro”, em *1822*. Esse recurso bem humorado é usado com o propósito de provocar o interesse do leitor, como se faz, por exemplo, em um título de capa de revista ou em uma manchete de jornal. O que pretendo demonstrar com os meus livros é que a História pode ser fascinante, divertida e interessante, mas sem ser banal. Ampliar o interesse do público pelo tema sem banalizar o conteúdo é um desafio de vital importância. Nos meus livros, procuro usar elementos pitorescos, engraçados, às vezes até bizarros, de um acontecimento ou personagem para chamar a atenção de um leitor mais leigo. Mas em seguida, tendo capturado sua atenção, é necessário também dar um mergulho mais profundo. Essa é uma linha tênue e perigosa. Se o autor ficar só na superfície e na banalidade, o livro não oferecerá contribuição alguma, será irrelevante. Se, ao contrário,

der um mergulho muito profundo, não conseguirá prender a atenção desse leitor menos especializado.

Um segundo grande desafio é tentar desvendar os personagens em carne e osso por trás dos mitos. (...).

Então, segundo as reflexões do autor, pode-se concluir que Gomes caminha sobre um divisor de dois campos: o conteúdo e a forma. Se acaso ele pende mais para o conteúdo histórico, dando um “mergulho profundo” nas análises e explicações sobre as reflexões do passado, corre o risco de se tornar “desinteressante”, de atingir a poucos indivíduos, traindo assim, um dos seus principais objetivos declarados já no início do livro que é, contrapondo-se ao estilo da linguagem “excessivamente acadêmica” dos historiadores, “tornar esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado” (GOMES, 2007: 22). Por outro lado, se o autor prioriza a forma, o estilo, há o perigo de colocar em segundo plano o conteúdo. Sem oferecer contribuição alguma ao leitor, sua produção torna-se supérflua, perdendo o caráter de “livro de história”.

O fato de Laurentino Gomes demonstrar a preocupação em não se atentar apenas em capturar a atenção do leitor através do “divertido”, do “pitoresco”, do “engraçado”, mas também em buscar uma explicação conteudista às suas afirmações, é um bom motivo para não considerar o livro *1808* como um “romance histórico” na medida em que ele não mescla a história com a ficção, pelo contrário, o uso constante de citações de historiadores é um exemplo de que há uma preocupação em resgatar o passado sem recorrer às explicações fictícias. No entanto, chega muito próximo de um romance histórico quando procura “desvendar os personagens de carne e osso” em um enredo que tem começo, meio e fim. Sem a mesma preocupação que a historiografia tem em trabalhar conceitos, método, Gomes se vê livre para tratar dos personagens, ressaltando suas características humanas, colocando-os em um cotidiano, chamando atenção aos detalhes dos acontecimentos. Como por exemplo, já no início do capítulo intitulado “A partida”:

O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Uma brisa leve soprava do leste. Apesar do céu azul, as ruas ainda estavam tomadas pelo lamaçal, devido à chuva do dia anterior. Nas imediações do porto, havia confusão por todo lado. Um espetáculo inédito na história de Portugal se desenrolava sobre as águas calmas do Rio Tejo: a rainha, seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonavam o país para ir viver do outro lado do mundo. Incrédulo, o povo se aglomerava na beira do cais para assistir à partida. Às 7h da manhã, a nau Príncipe Real inflou as velas e começou a deslizar em direção ao Atlântico. Levava a bordo o príncipe regente, D. João,

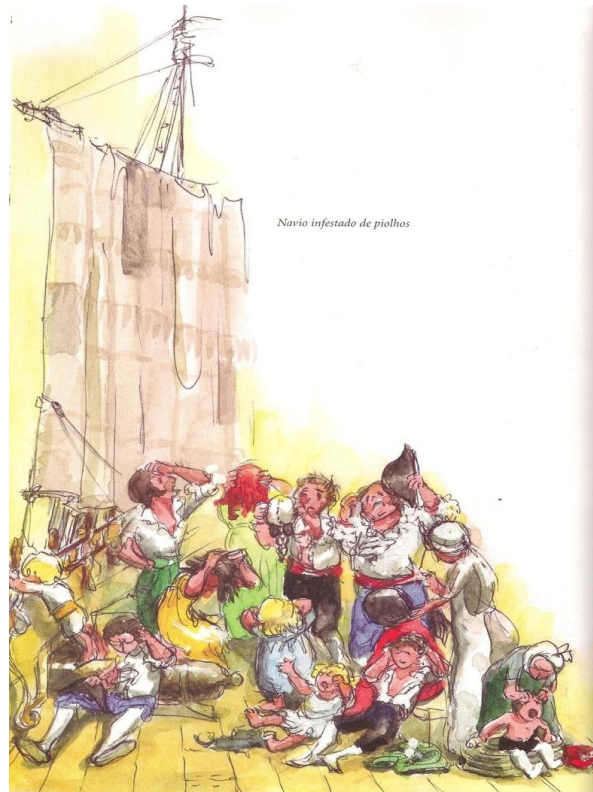
sua mãe, a rainha louca D. Maria I, e os dois herdeiros do trono, os príncipes D. Pedro e D. Miguel (GOMES, 2007: 64).

Gomes transforma sua escrita de uma maneira poética, adotando, de certa forma, elementos ficcionais à sua não-ficção, tocando sensivelmente, despertando o imaginário do leitor que é transportado para o passado, sendo capaz de sentir os cheiros, as emoções, ouvir os ruídos, tocar as pessoas, enfim, de participar das cenas. Como afirmou a professora da USP, Maria Aparecida de Aquino, na entrevista com Gomes no programa Roda Viva, o livro *1808* “não está falando de artistas pop de rock, mas de D. Pedro, de D. João VI, que não são assim tão charmosos na realidade”, mas transforma esses personagens de maneira interessante aos leitores, trazendo os acontecimentos históricos tão distantes do presente de forma atrativa, envolvente. Outro exemplo que explora os detalhes, “presentificando” o passado, está presente no capítulo *A Viagem*:

Nos primeiros dias de viagem, enquanto ainda estavam no hemisfério norte, ondas fortes despejavam água gelada sobre o convés superlotado, onde os marinheiros trabalhavam em meio ao nevoeiro e às rajadas de vento frio. Com vazamentos no casco, os barcos faziam água copiosamente. Muitos tinham as velas e cordas apodrecidas. O madeirame gemia sob o impacto das ondas e do vento, espalhando o pânico entre os passageiros não habituados às agruras do oceano. Náuseas coletivas tomaram conta de todos os navios. Depois de algumas semanas, já na altura da linha do Equador, o frio do inverno europeu deu lugar ao calor insuportável, agravado pela ausência de ventos numa região famosa pelas calmarias do Atlântico. O excesso de passageiros e a falta de higiene e saneamento favoreceram a proliferação de pragas. No Alfonso de Albuquerque, em que viajava a princesa Carlota Joaquina, uma infestação de piolhos obrigou as mulheres a raspar os cabelos e a lançar suas perucas ao mar. As cabeças carecas foram untadas com banha de porco e pulverizadas com pó anti-séptico (GOMES, 2007: 85)

No livro *1808* versão juvenil, a cena torna-se ainda mais angustiante quando é complementada pela ilustração caracterizando a embarcação com piolhos. A predominância de cores quentes na cena transmite a sensação do calor tropical, acompanhando as camisas semiabertas dos homens. Pode-se observar a aflição e o desespero nas expressões dos personagens que coçam, insistentemente, suas cabeças. Em meio aos personagens tão próximos uns dos outros, transmitindo a sensação de superlotação do navio, vê-se uma serviçal já cortando os cabelos longos de uma dama, ao lado da cena, uma criança aparece debruçada sobre a proa, ilustrando a frase adaptada da versão original: “o enjoo era coletivo. A corte portuguesa não parava de vomitar por sobre as amuradas dos navios” (GOMES, 2008: 51).

NAVIO INFESTADO DE PIOLHOS



(GOMES, 2008: 50)

Todos esses elementos que ajudam a descrever minuciosamente a cena reportam o leitor que quase participa do evento, disponibilizam uma proximidade muito grande com o passado, proporcionando um efeito de realidade. Este artifício romanesco é muito interessante na medida em que torna a história um produto atraente e sedutor, prendendo a atenção do leitor que se vê seduzido e interessado em continuar a leitura. Essa estratégia jornalística de “atrair e reter a atenção do leitor”, como colocada por Gomes, no entanto, se não utilizada com precaução pode cometer, perante aos olhos metodológicos dos historiadores, alguns deslizes como anacronismos e juízo de valor, como se verá adiante.

Os perigos de anacronismos e juízo de valor

Como estratégia para aproximar e prender a atenção do leitor, o livro *1808* recorre em alguns momentos ao uso do imaginário. Em alguns casos, essa chamada é direta, como por exemplo, já no início do primeiro capítulo do livro:

Imagine que, num dia qualquer, os brasileiros acordassem com a notícia de que o presidente da República havia fugido para Austrália, sob a proteção de aviões da Força Aérea dos Estados Unidos. Com ele, teriam partido, sem aviso prévio, todos os ministros, os integrantes dos tribunais superiores de Justiça, os deputados e senadores e alguns dos maiores líderes empresariais. E mais: a esta altura, tropas da Argentina já estariam marchando sobre Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a caminho de Brasília. Abandonado pelo governo e todos os seus dirigentes, o Brasil estaria à mercê dos invasores, dispostos a saquear toda e qualquer propriedade que encontrassem pela frente e assumir o controle do país por tempo indeterminado. Provavelmente, a primeira sensação dos brasileiros diante de uma notícia tão inesperada seria de desamparo e de traição. Depois, de medo e revolta. E foi assim que os portugueses reagiram na manhã de 29 de novembro de 1807, quando circulou a informação de que a rainha, o príncipe regente e toda a corte estavam fugindo para o Brasil sob a proteção da Marinha britânica. (...) (GOMES, 2007: 31).

O artifício utilizado é muito interessante na medida em que prende e faz com que o leitor entre e imagine a cena, tornando-se, até mesmo, empático com a situação. No entanto, esse exercício torna-se perigoso quando há o risco do leitor carregar valores pertencentes ao tempo em que se situa, mas estranhos ao tempo passado a que se reporta. Sobre essa passagem específica do livro *1808* acima citada, Bonaldo afirma: “entre o ‘imagine que’, o ‘provavelmente’ e o ‘foi assim que os portugueses reagiram’, existe uma linha essencialista de interpretação cujo ponto de partida e chegada é a própria contemporaneidade” (BONALDO, 2009: 214). Essa contrafactualidade, isto é, o exercício de imaginar o que poderia ter acontecido quando voltamos ao passado, faz com que se corra o risco de cometer anacronismos. Essa é outra especificidade da narrativa histórica desse tipo de trabalho: as estratégias formais, retóricas, estão acima da preocupação com o rigor historiográfico. É mais importante ilustrar, atrair e convencer do que ser rigoroso, e se o rigor tiver que ser sacrificado diante daqueles objetivos, será.

A maneira equivocada de analisarmos determinado período histórico carregando valores que são próprios do tempo presente é um dos maiores deslizes considerados pelos historiadores, para Bloch é o pecado mais imperdoável do ofício. Ainda que se admita a impossibilidade dos indivíduos em se libertar dos valores, dos conceitos, dos pensamentos, das paixões, das posições tomadas no tempo presente ao se voltarem ao passado, é necessário que se tenha a consciência de que isso ocorre. Diante disso, a tarefa do historiador consiste em trabalhar adequadamente com as duas temporalidades em questão: a sua e a que está sendo analisada, Bloch coloca a importância do auxílio da “dupla linguagem” - a da época estudada -, para que o

historiador consiga fazer a distinção entre as temporalidades e não cometer anacronismo.

Outro caso que pode dar margem ao anacronismo, acompanhado de juízo de valor, presente também nas duas versões do livro:

D. José, herdeiro do trono e irmão mais velho do príncipe regente, D. João, havia morrido de varíola porque sua mãe, D. Maria I, tinha proibido os médicos de lhe aplicar vacina. O motivo? Religioso. A rainha achava que a decisão entre a vida e a morte estava nas mãos de Deus e que não cabia à Ciência interferir nesse processo (GOMES, 2007: 56).

Na época, Portugal era um país muito religioso, o próprio autor chega a afirmar que “a vida social pautava-se pelas missas, procissões e outras cerimônias religiosas. O comportamento individual coletivo era determinado e vigiado pela Igreja Católica” (GOMES, 2007: 56). Na versão original do livro, o autor ainda acrescenta uma nota ao parágrafo, reafirmando:

Na época em que D. José morreu, a vacina contra a varíola já era aplicada em vários países europeus. A rainha Maria I, porém, não autorizou que o filho mais velho e herdeiro do trono fosse vacinado, “por escrúpulos religiosos”, segundo o historiador Pedro Calmon, em *O rei do Brasil, vida de D. João VI*, 1943, p. 34. Mais tarde, já sob a regência de D. João, toda a família real receberia a vacina (GOMES, 2007: 312).

A impressão transmitida é que o atraso de Portugal se dava, exclusivamente, por conta da religião; e a rainha, por causa de sua religiosidade, deixou seu filho morrer. Isso fica ainda mais acentuado na versão juvenil, quando, na mesma passagem, o autor acrescenta: “(...). A rainha – que posteriormente enlouqueceria - achava que a decisão entre a vida e a morte (...)”. (GOMES, 2008: 36). A religião é transmitida aqui com conotação pejorativa. Ou seja, o passado é analisado com uma condição moral que conduz a maniqueísmos, entre bem e mal, certo e errado. Marc Bloch, sobre os julgamentos do passado e a procura por um culpado, afirmava: "De quem é a culpa ou mérito?", diz o juiz. O cientista contenta-se em perguntar "por quê?" e aceita que a resposta não seja simples. (BLOCH, 2001: 157) Compreender, portanto e não julgar – é um dos objetivos da análise histórica e nada tem a ver com atitude de passividade.

Outra questão bastante acentuada no livro e que, de certa forma, abre portas que conduzem ao juízo de valor, é sobre a cidade do Rio de Janeiro. Em várias passagens, a cidade é retratada como uma cidade suja, habitada por pessoas desconhecedoras dos bons costumes. Por exemplo:

Sob o calor úmido dos trópicos, imperavam a preguiça e a falta de elegância no modo de se vestir e se comportar. Emanuel Pohl, naturalista que acompanhou a princesa Leopoldina ao Brasil, observou que os homens viviam de chinelos, calças leves e jaqueta de chita. As mulheres, envoltas em rosários de onde pendiam santinhos, passavam a maior parte do dia com camisa simples e saia curta. (GOMES, 2007: 144).

A passagem reflete uma visão eurocêntrica da história do Brasil. O membro da Missão Austríaca, Emanuel Pohl, pertencia ao grupo de cientistas que tinham com missão registrar a flora e a fauna brasileira. Pohl passou cerca de quatro anos no Brasil fazendo seus registros que culminaram, mais tarde, no livro *Viagem no Interior do Brasil. Empreendida nos Anos de 1817 a 1821 e Publicada por Ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro*. Gomes, ao escrever sobre o Rio de Janeiro, usufrui muito dos relatos de viajantes. No entanto, a maioria desses relatos transmite visões eurocêntricas e preconceituosas a respeito do Brasil e de seus habitantes. É importante lembrar que neste período as ideias de eugenia predominavam no “mundo civilizado”, acreditava-se na evolução e no progresso das “raças” em que o homem branco e europeu era a principal referência de progresso.

Caracterizações presentes no enredo

Um primeiro objetivo apontado por Gomes no livro *1808* foi: “O propósito deste livro é resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás” (GOMES, 2007: 21). Criticando a forma caricata como são retratados os personagens no filme de Carla Camurati – *Carlota Joaquina: princesa do Brasil*, o objetivo de Gomes acaba soando um pouco frustrante; a “dimensão mais correta possível dos personagens” é, no livro, a reafirmação caricata já corrente pela mídia: uma princesa ninfomaníaca, uma rainha louca, um D. João que come esganiçadamente suas coxinhas, sempre escondidas nos bolsos.

Dentre os personagens do 1808, o mais chamativo é, sem dúvidas, D. João VI. A maneira como Gomes constrói o personagem, dispondo, com a ajuda dos historiadores, uma série de afirmações pitorescas sobre o príncipe regente, convidando o leitor para que se sirva da que mais lhe agrada:

As definições a respeito de D. João emitidas pelos historiadores costumam ser depreciativas.

Luiz Norton: “Era fisicamente grotesco e a sua obesidade doentia lhe dava um ar pacífico e simplório”.

Pandiá Calógeras: “Era querido, mas também carinhosamente e tolerantemente desprezado por sua fraqueza e sua covardia. Com sua opinião ninguém se preocupava, e isto o levava a esconder seus sentimentos, bem como a procurar vencer adiando as soluções, lançando seus conselheiros uns contra os outros, um ministro em oposição a seus colegas. Lograva realizar seus intuitos pela força tremenda da apatia e do adiamento. Triunfava cansando seus adversários”.

Lilia Schwarcz: “Apagado e sem voz ativa”.

Oliveira Martins: “Sofria de vertigens e ataques de melancolia, por padecer de hemorróidas. A má saúde amarelava-lhe a cor do rosto flácido, donde pendia o conhecido beijo, sem vida, peculiar dos Bourbons”.

Oliveira Lima: “Baixo, gordo, [...] tinha de aristocrático as mãos e pés muito pequenos, mas de vulgar as coxas e pernas muito grossas mesmo em relação à corpulência, e sobretudo um rosto redondo sem majestade nem sequer distinção, no qual avultava o lábio inferior espesso e pendente dos Habsburgos” (GOMES, 2007: 153).

As “autoridades científicas”, que se dedicam ao árduo trabalho com as fontes primárias, são recortadas e encaixadas no texto, reafirmando a figura de um D. João bonachão, gordo e medroso. Não se faz uma desconstrução, uso crítico dessas fontes; que servem muito mais como instrumento ilustrativo/afirmativo do enredo. Já a versão juvenil e ilustrada do livro *1808* vai procurar construir esse personagem caricato através de outra metodologia, não se utilizando tanto das citações de historiadores, mas através das ilustrações colocadas no livro: D. João, por exemplo, aparece ora com medo, ora mórbido e cabisbaixo.

D. JOÃO



D. João

D. JOÃO TINHA MEDO DE TROVÃO



D. João tinha medo de trovão

(GOMES, 2008: 21 e 91, respectivamente)

Essa valorização das caricaturas parece ser uma característica típica da narrativa histórica da grande circulação. Adorno e Horkheimer (2002: 18), por exemplo, afirmam:

Não obstante, a indústria cultural permanece a indústria do divertimento. O seu poder sobre os consumidores é mediado pela diversão que, afinal, é eliminada não por um mero *diktat*, mas sim pela hostilidade, inerente ao próprio princípio do divertimento, diante de tudo que poderia ser mais do que divertimento.

O uso da caricatura, portanto, não é uma consequência da narrativa montada por Gomes, mas uma opção metodológica utilizada pelo autor, que tem como um dos objetivos centrais, atrair leitores. Essa acentuação exagerada das características dos personagens traz uma dimensão mais humana dos indivíduos, destacando seus erros, seus defeitos, suas angústias que são retratadas de uma maneira pitoresca, instigante e divertida. No entanto, o perigo está na redução e simplificação dos fatos históricos, camuflando um processo que, na verdade, é muito mais complexo do que parece. Por exemplo, quando o autor se refere à fuga da corte de Portugal:

(...) Se não havia alternativa, também não se justifica o uso de malabarismos semânticos para amenizar ou disfarçar o que de fato ocorreu: uma fuga pura e simples, apressada, atabalhoada, sujeita a erros e improvisações. A pressa foi tanta que, na confusão da partida, centenas de caixas repletas de prata das igrejas e milhares de volumes da preciosa Biblioteca Real, entre outras coisas, ficaram esquecidos no cais de Belém, em Lisboa. A prata seria derretida pelos invasores franceses e recuperada pelos ingleses alguns meses mais tarde. Os livros só chegariam ao Brasil em 1811 (GOMES, 2007: 23).

O termo utilizado pelo autor para se referir à vinda da família real Portuguesa para o Brasil, por si só é caricato e reduz a complexidade do acontecimento histórico em questão. No entanto, isso não significa que Gomes desconheça outras formas de abordar esse fato, pelo contrário, no livro mesmo ele afirma:

Oliveira Lima se refere "transladação da corte". Luiz Norton chama de "transferência voluntária" ou de "transposição da sede portuguesa". Ângelo Pereira fala em "retirada da família real para o Brasil". Tobias Monteiro trata de "transplantação". Outros usam expressões como "transmigração" ou "mudança". Este livro chama o evento de fuga, substantivo adotado igualmente pelos historiadores Pereira da Silva, Jurandir Malerba e Lília Moritz Schwarcz, entre outros (GOMES, 2007: 23).

A opção pelo tratamento do fato histórico como “fuga”, potencialmente dá mais enredo, maior dramaticidade à história. Gomes tem a pretensão de “marketizar” a história, de atrair leitores consumidores, para isso, procura produzir uma história interessante, atraente, sedutora e pitoresca que se diferencie daquilo que geralmente é encontrado nos livros didáticos e nos livros acadêmicos. Desta forma, não se pode afirmar que Gomes desconheça a história, ou que seu produto seja de má fé, com qualidade duvidosa, pois os objetivos do autor ao produzir um livro de história diferem dos objetivos de um historiador acadêmico que tem uma maior obrigação com o comprometimento metodológico. Além do mais, a história nunca esteve tão próxima dos indivíduos, sendo perceptível essa maior acessibilidade e interesse pelos fatos do passado.

Considerações finais

Os jornalistas e demais agentes não especializados em história, livres da responsabilidade com um método histórico, usufruem de suas técnicas - sensibilidade aos anseios do tempo presente, contatos editoriais, adequação estética aos padrões do mercado – captando a atenção de seus leitores, com objetivo de vender suas reflexões sobre o passado. Ainda que para isso geralmente adotem uma narrativa histórica singular, diminuindo o campo das hipóteses tão almejado pelos historiadores, o fato é que as reflexões acerca do passado nunca estiveram tão disponíveis e próximas dos indivíduos. E é importante que se “marketize” o conhecimento, para que as pessoas possam realmente ter acesso a ele. O livro *1808* é um bom exemplo, percebe-se com sua alta vendagem e popularidade como as pessoas gostam de história e estão interessadas em conhecer fatos, personagens históricos.

Para fazer com que os leitores sintam-se atraídos pelo processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX - um acontecimento tão distante do tempo presente desses leitores – Laurentino Gomes usufrui de diversas estratégias diferentes, como, por exemplo a valorização dos personagens, trazendo-os de uma forma caricata, chamando a atenção de seus defeitos, de suas angústias, de suas características marcantes, de seus pormenores. Os próprios títulos dos capítulos revelam uma história personalista, feita por sujeitos importantes, o que a ajuda a ser popular porque combina com uma visão disseminada na sociedade de que quem faz a história são as pessoas importantes, os próceres. O mesmo tipo de coisa acontece com as

imagens não problematizadas, tanto na versão original quanto na versão juvenil, isso se encaixa com o hábito de consumo acrítico de imagens e não cria problemas ou dificuldades para entendimento. Pode-se perceber que na narrativa jornalística da história, essas estratégias formais, retóricas, estão acima da preocupação com o rigor historiográfico. É mais importante ilustrar, atrair e convencer do que ser rigoroso, e se o rigor tiver que ser sacrificado diante daqueles objetivos, será. Talvez seja isso que a torne tão popular e consumida.

Diante disso, a luta não deve ser para defender o “território do conhecimento acadêmico”, para que os historiadores sejam os únicos autorizados a refletir e narrar sobre história, mas deve haver reflexão sobre ofício, os métodos empregados e os objetivos a serem atingidos. Por isso, a necessidade de considerar mais a importância da didática da história no trabalho dos historiadores/professores, tanto para que suas produções consigam atingir os sujeitos, quanto para que aconteça a análise desses mais diferentes discursos históricos presentes na sociedade, procurando saber o que é apreendido, o que pode ser apreendido e o que deveria ser apreendido em história.

Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (2002). “O iluminismo como mistificação das massas”. In: ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.

BERGMANN, Klaus (1990). “A história na reflexão didática”. Tradução de Augustin Wernet. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.9, n. 19, p. 29-42, set.1989/ fev. 1990.

BLOCH, Marc (2001). *Apologia da história*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar.

BONALDO, Rodrigo Bragio (2009). “Sátira, liberalismo e ironia no 1808..., de Laurentino Gomes: uma contribuição à crítica das mitologias do presentismo”. *MÉTIS: história & cultura* – v. 8, n. 15, p. 201-220, jan./jun.

BONALDO, Rodrigo Bragio (2010). *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da História na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. 2010. 169 f. Tese (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GOMES, Laurentino (2007). *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.

GOMES, Laurentino (2008). *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil* – Edição juvenil ilustrada. São Paulo: Editora Planeta Jovem do Brasil.

GOMES, Laurentino (2011). “Entrevista com Laurentino Gomes [dez. 2011]”. (Entrevistador: Mario Sergio Conti. São Paulo: Programa Roda Viva – TV Cultura.) Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/laurentino-gomes-3>> Acesso em: 28 set. 2012.

GOMES, Laurentino. “O desafio da linguagem no ensino de história”. Disponível em: <<http://www.laurentinogomes.com.br/blog/#>>. Acesso em: 20 out. 2012.

SARLO, Beatriz (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG.